



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Resolução n.º 12/14:

Aprova o Relatório Anual de Actividades e Contas da Provedoria de Justiça, referente ao ano de 2012.

Ministério da Hotelaria e Turismo

Decreto Executivo n.º 160/14:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio deste Ministério. — Revoga a legislação que contrarie o disposto neste Decreto Executivo.

ASSEMBLEIA NACIONAL

**Resolução n.º 12/14
de 10 de Junho**

Considerando que o Provedor de Justiça deve submeter anualmente um Relatório de Actividades à Assembleia Nacional;

Considerando que o Relatório Anual de Actividades da Provedoria de Justiça referente ao ano de 2012 está, no essencial, em conformidade com o exigido pela lei;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos da alínea b) do artigo 162.º, conjugado com a alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Relatório Anual de Actividades e Contas da Provedoria de Justiça, referente ao ano de 2012.

2.º — A Provedoria de Justiça deve continuar a prosseguir e aperfeiçoar os mecanismos necessários para que, com maior abrangência, consciencialize os Cidadãos sobre os seus direitos/deveres fundamentais, liberdades, garantias e interesses legítimos.

3.º — Que, no quadro das acções de formação promovidas pela Provedoria de Justiça, reitere-se a necessidade de serem mais abrangentes, com particular incidência aos quadros afectos à área de gestão financeira e patrimonial.

4.º — Que se continue a criar condições para que as acções de visitas técnicas e de constatações sejam realizadas em toda a extensão do território nacional.

5.º — Que o prazo-limite para remissão do Relatório Anual de Actividades previstas na Lei n.º 4/06, de 28 de Abril — Lei do Estatuto do Provedor de Justiça, seja conformado com o n.º 7 do artigo 192.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o n.º 5 do artigo 272.º do Regimento da Assembleia Nacional.

6.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 19 de Março de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Introdução

O serviço público do Provedor de Justiça, cujas competências se inscrevem nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 4/06, de 28 de Abril — Lei do Estatuto do Provedor de Justiça, com suporte nas disposições plasmadas na Lei n.º 5/06, de 28 de Abril — Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, tem sido, à medida que o tempo passa, um recurso, cada vez mais objectivo e prático, com resultados favoráveis por parte de muitos cidadãos que o solicitam, quer em Luanda, como noutros pontos do território nacional, sobretudo aqueles onde já se encontram instalados os serviços locais, reconhecendo-se, todavia, dificuldades próprias inerentes à natureza da actividade.

Os Serviços Locais da Provedoria de Justiça têm vindo a dirimir focos de conflitos de vária ordem nas províncias, defendendo os cidadãos contra as ilegalidades praticadas na administração pública e ajudando os Governos provinciais na garantia e salvaguarda da justiça dentro dos seus territórios de jurisdição.

A inauguração do edifício-sede da Provedoria de Justiça no dia 28 de Agosto de 2012 vem pôr fim a um período marcado pela exiguidade de espaço e diarquia funcional, com todas as consequências decorrentes da falta de condições condignas para o exercício do serviço público do Provedor. Por outro lado, acarreta maiores responsabilidades aos operadores da instituição, face às perspectivas, expectativas e desafios que se criam e abrem.

No sentido de conformar os instrumentos jurídicos que regulam a actividade do Provedor de Justiça com a Constituição da República de Angola, em 2010, foi apresentada à Assembleia Nacional, uma proposta de alteração, visando a sua conformidade com a Constituição, que se aguarda a todo o instante.

Tal alteração poderá permitir que a acção do Provedor de Justiça se torne mais efectiva e eficiente, permitindo, deste modo, o melhoramento do funcionamento da instituição, da organização das estruturas de apoio, bem assim o alargamento do quadro de pessoal para fazer face às inúmeras solicitações dos cidadãos que acorrem à instituição.

A Provedoria de Justiça, como instituição emanada da Assembleia Nacional, tem registado, com muito apreço, a elevação do nível de relacionamento entre as duas instituições, situação que se pretende duradoura, dentro dos marcos de actuação de cada uma.

II

O presente relatório apresenta uma estrutura ajustada com base nas recomendações anteriormente emitidas pela Assembleia Nacional, procurando traduzir e espelhar, através de uma linguagem simples e formato menos denso, as acções desenvolvidas pelo Provedor de Justiça no decorrer do ano de 2012.

O Relatório está devido em três títulos e respectivos subtítulos, abarcando cada, um tema específico.

O Primeiro Título - Actividade Processual, permite fazer leituras e comentários estatísticos dos processos em geral, apresentando igualmente exemplos e resultados, fruto de instrução processual. O Segundo Título - Outras Actividades do Provedor de Justiça, ao contrário dos relatórios anteriores, inclui quatro subtítulos, designadamente:

1. Visitas Efectuadas e Acções Internas;
2. Serviços Locais;
3. Participação Internacional;
4. Acções de Formação.

Consideramos pertinente debruçarmo-nos sobre os dois primeiros.

As Visitas Efectuadas e Acções Internas - fazem referência às que o Provedor de Justiça e/ou seus colaboradores realizaram no território nacional, no âmbito do seu objecto, bem assim as diligências, reuniões ou participações em actividades que se tenham registado.

Serviços Locais — trata das acções desenvolvidas pelos Serviços Locais, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 5/06, de 28 de Abril — Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, traduzindo o balanço anual das províncias onde estão instalados o serviço do Provedor de Justiça. Daí o facto de ter merecido um tratamento em separado.

No segundo título, deixam de existir os vários pontos que anteriormente identificavam as visitas às províncias, ficando estes condensados nos Subtítulos.

O Terceiro Título — Gestão Financeira, incorpora a informação relacionada com a execução financeira.

O relatório contém quadros, ilustrações e imagens fotográficas reveladoras de acções anunciadas.

1. Actividade Processual do Provedor de Justiça

1.1 Actividade Processual em Geral

1.1.1 Processos Registados

O ano de 2012, podemos considerá-lo bastante significativo no concernente às participações dos cidadãos, sob a forma de queixa ou reclamações, ao Provedor de Justiça, sob os mais variados motivos e assuntos, contra os diversos órgãos da Administração do Estado e, inclusive, contra entidades privadas que, neste particular não podem conhecer a intervenção do Provedor de Justiça por imperativo legal, pois a sua actuação não abrange as entidades privadas, senão os entes públicos ou empresas com capitais maioritariamente públicos. Durante o ano em análise, registou a entrada de 673 (seiscentos e setenta e três) exposições de reclamações ou queixas. Das quais 211 (duzentos e onze) no I semestre e 462 (quatrocentos e sessenta e dois) no II Semestre. Este número global não inclui as reclamações ou queixas que deram entrada nas Províncias do Cunene, Huambo e Kwanza-Sul, onde já funcionam os Serviços Locais da Provedoria de Justiça. Comparativamente com os últimos cinco anos, temos as seguintes percentagens:

Reclamações Registadas nos últimos 5 Anos

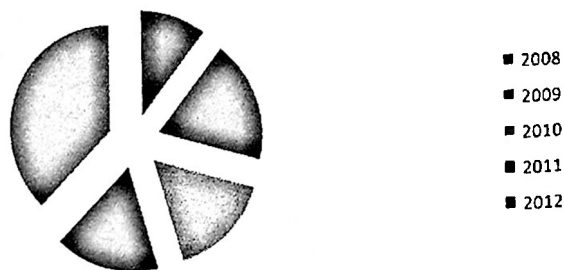


Gráfico 1: Quadro comparativo dos últimos 5 anos

Como se pode constatar, comparativamente ao ano anterior de 2011, o ano de 2012 teve um aumento de cerca de 128%. A justificação desse incremento deve, segundo possíveis análises, para além da campanha de sensibilização e divulgação da missão do Provedor de Justiça, ao facto de a Provedoria de Justiça ter instalações próprias, inauguradas aos 28 de Agosto de 2012, o que conferiu maior visibilidade e dignidade desse serviço ao dispor do cidadão.

1.1.2 Situação Actual dos Processos

Ao número de processos registados durante o ano de 2012 acresce-se aqueles que transitaram dos anos anteriores que, por vários motivos se encontram ainda em instrução, nomeadamente devido à complexidade do objecto das reclamações, ou por falta da resposta do órgão visado ou, em última análise, devido à insuficiência de recursos humanos, sendo certo que o quadro de pessoal já não satisfaz a demanda.

Neste sentido, transitaram do ano anterior 133 (cento e trinta e três) processos, o que totaliza, no cômputo geral, 806 (oitocentos e seis) processos abertos em instrução.

(configurar os dados dos processos findos, encaminhados, os que aguardam resposta e os arquivados — resolvidos).

1.1.3 Participação Segundo o Género

Nos nossos relatórios, tem sido um indicador importante e constante a referência ao género. Com esse factor pretende-se compreender o género que ocorre mais ao Provedor de Justiça, os assuntos ou matérias que apresenta e sobretudo as ilações que dessa análise se pode retirar. Ao longo dos anos passados do nosso exercício, confrontamo-nos com o facto de que são os homens que mais ocorrem ao Serviço do Provedor de Justiça, apresentando as suas reclamações ou queixas contra os poderes públicos ou outras entidades. Continuamos a estudar as razões subjacentes a esse fenómeno. Parece-nos não debitar este facto a um eventual desinteresse ou de falta de problemas das senhoras contra os órgãos da Administração do Estado, a falta de coragem para apresentar os próprios problemas contra qualquer entidade, mas sim, talvez, as razões estejam ligadas às questões culturais e históricas. Pois, apresentar queixa contra alguém é manifestamente um exercício do poder. Este, em determinadas culturas, parece reservar-se ao género masculino.

Nesta conformidade, reveste toda a importância o apelo para apoio a todas as actividades programas que visam a promoção do género, contribuindo assim para o exercício cada vez mais perene dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

O quadro seguinte e o respectivo gráfico podem ser indicativos do que acabamos de referir.

GÉNERO/ANO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Homens	140	250	189	200	294	933
Mulheres	25	39	51	57	96	173
Pessoas colectivas/Grupo	21	45	57	38	28	168
TOTAL	186	334	297	295	418	1460

Quadro n.º 2: Participações dos cidadãos segundo o género.

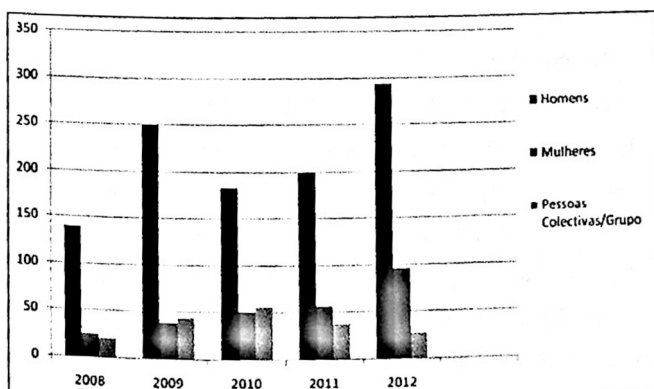


Gráfico 2: As participações dos cidadãos segundo o género.

1.1.4 Os Assuntos mais Recorrentes

Como ocorre todos os anos, os cidadãos a intervenção do Provedor de Justiça nos mais variados domínios e matérias, sem, muitas das vezes, o assunto circunscrever-se no âmbito de actuação do Provedor de Justiça, nomeadamente, naqueles

casos em que não intervém um ente da Administração Pública ou de empresas com capitais maioritariamente públicos. Contudo, todos os casos, independentemente da sua natureza, têm merecido o devido tratamento por parte do Provedor de Justiça, por via de instrução processual, quando se trate de matéria sob sua competência, ou através do encaminhamento para os órgãos competentes, em razão da matéria.

Assim, na impertinência de aflorarmos todos os assuntos objecto das reclamações dos cidadãos, preferimos, neste particular, evidenciarmos algumas matérias, pela sua extensão e pelo seu carácter repetitivo, sem desprimor de outras igualmente por nós consideradas importantes.

Assuntos/Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Laboral	58	56	59	32	37
Imobiliário	33	62	35	23	75
Adm. Justiça	12	15	62	54	68
Segurança Social	40	24	72	15	36
Outros	43	27	64	38	202

Quadro n.º 3: Assuntos mais Recorrentes

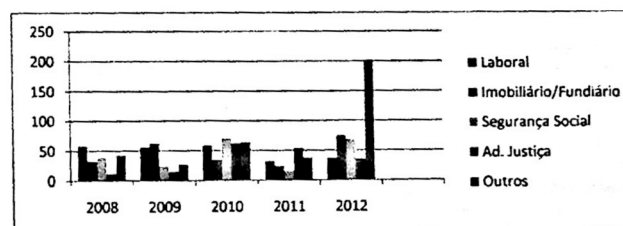


Gráfico n.º 3: Assuntos mais Recorrentes

1.1.5 Entidades Visadas

Os cidadãos ao colocar as suas reclamações ao Provedor de Justiça têm sempre em vista uma entidade física ou jurídica, individual ou colectiva a quem atribuem a responsabilidade do seu suposto direito violado.

Durante a instrução do processo ou da questão em contenda, algumas vezes chega-se à conclusão de que o órgão referenciado pelo cidadão reclamante na sua exposição corresponde efectivamente com o responsável da violação do direito. Ou seja, a violação, a existir, de suposto direito não pode ser imputado àquele órgão visado ou referenciado pelo cidadão reclamante. Não obstante, esse órgão visado passa a figurar nos registos como parte do conflito ou órgão visado, independentemente de ser ou o responsável prevaricador. Neste contexto, importa referir que o facto de determinado órgão ou entidade figurar na lista ou elenco dos visados não pode significar que seja o incumpridor ou violador do direito invocado pelo cidadão. Quando em causa estiver, como órgão visado, uma entidade pública o processo procede, solicitando, neste caso, o exercício do direito ao contraditório sobre os factos que contra si recaem.

Órgão Visado	Frequência
Procuradoria Geral da República	11
Tribunal de Contas	1
Tribunal Provincial de Luanda	23
Tribunal Provincial de Benguela	3
Tribunal Provincial do Moxico	1
Tribunal Provincial do Uíge	2
Tribunal Provincial da Lunda-Sul	1
Tribunal Provincial do Bengo	1

Órgão Visado	Frequência
Tribunal Provincial do Huambo	1
Ministério do Interior	9
Ministério da Saúde	5
Ministério da Defesa	3
Ministério da Juventude e Desportos	1
Ministério da Indústria	2
Ministério da Administração do Território	1
Ministério do Urbanismo e Construção	2
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	2
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	1
Ministério da Comunicação Social	1
Ministério das Finanças	1
Ministério da Cultura	1
Ministério de Energia e Águas	2
Governo Provincial de Luanda	3
Governo Provincial do Kwanza-Sul	3
Comando Geral da Polícia Nacional	3
Administração Distrital da Samba	2
Administração Municipal de Belas	1
Administração Distrital da Ingombota	1
Administração Municipal da Catumbela	2
Administração Municipal de Viana	2
ENDIAMA	1
Gabinete de Obras Especiais (GOE)	1
ENSA	2
EDEL	1
TAAG	1
Direcção Nacional das Alfândegas	1
Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC)	3
Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC)	2
Casa Civil (Órgão Auxiliar ao Presidente da República)	1
Caminhos de Ferro de Luanda (CFL)	1
Caminhos de Ferro de Benguela (CFB)	1

1.1.6 Proveniência das Participações

Um dos objectivos do Provedor de Justiça é estender os seus serviços a todo o território nacional. Como veremos mais adiante, os serviços do Provedor de Justiça estão representados nas Províncias do Cunene, Huambo, Kwanza-Sul, Bengo e Cabinda. Muito brevemente será uma realidade em algumas outras províncias, cujas diligências bastante avançadas com os respectivos governos provinciais.

A existência e funcionamento desses serviços do Provedor de Justiça trazem enormes vantagens ao cidadão, nomeadamente enquanto garantia da proximidade dos serviços no seio das comunidades, evitando os constrangimentos de se ter que deslocar para a capital do país a fim de apresentar as suas reclamações ao Provedor de Justiça. Assim, os Serviços Locais garantem a celeridade necessária para a resolução dos problemas que afligem os cidadãos, inclusive permite uma rápida intervenção junto dos órgãos visados. A título de referência, apresentamos dados desses serviços existentes nas Províncias.

1.1.7 Cunene

Os Serviços Locais da Provedoria de Justiça na Província do Cunene, durante o ano de 2012, receberam 238 reclamações ou queixas sobre diversas matérias e contra vários órgãos da Administração Provincial e entidades privadas.

Desse número, 185 (cento e oitenta e cinco) reclamações tinham como órgãos visados entidades particulares, versando matérias sobre os atrasos salariais, despedimento sem justa causa, ocupação ilegal e venda de terrenos baldios, maus tratos nos postos fronteiriços e aplicações de sanções arbitrárias pelas respectivas entidades patronais.

Contra entidades públicas contabilizou-se 53 (cinquenta e três) reclamações, igualmente sobre diversos assuntos ou matérias, nomeadamente atrasos salariais, ocupação e venda ilegal de terrenos. Nos Postos fronteiriços de Santa Clara, dada a sua especificidade, é susceptível de criar algumas situações litigiosas, envolvendo figuras da administração do Estado, com incidência na violação dos direitos e garantias económicas dos cidadãos; aplicação de coimas e litígios de natural criminal, que são encaminhados para os órgãos competentes: a Procuradoria da República.

1.1.8 Huambo

A província do Huambo, através dos nossos serviços locais, durante o I Semestre, registaram 30 participações dos cidadãos, distribuídos da seguinte maneira:

- 8 (oito) participações referentes à matéria do cível, sobre a pensão de reforma;
- 10 (dez) participações sobre matérias relacionadas com o direito da família, mais precisamente no que tange à prestação de alimentos;
- 7 (sete) dizem respeito aos litígios no âmbito do exercício do poder tradicional;
- 5 (cinco) participações de natureza criminal.

As participações de foro criminal, por imperativo da lei, são encaminhadas aos órgãos competentes, para o devido tratamento, neste particular, ao Ministério Público.

Ocorreu que, com base numa participação, os Serviços Locais receberam um dossier que continham factos suspeitos de corrupção no seio da corporação da Polícia Nacional. Ou seja, determinados elementos afectos ao Departamento dos Recursos Humanos da Polícia Nacional, na Província do Huambo, pretenderam incorporar determinados cidadãos a troco de benefícios pecuniários.

Após a devida instrução, os Serviços Locais da Provedoria de Justiça apreendeu meios pertencentes à Polícia Nacional, nomeadamente, botas, bonés e fardamento, que serviriam de garantia de integração por via ilícita, tendo encaminhado o caso à Procuradoria Militar da Região Centro para efeitos de instrução dos competentes processos crimes.

Os casos que se prendem com a Segurança Social — Pensão de Reforma — dos trabalhadores dos Caminhos de Ferro de Benguela (CFB) e dos Correios de Angola, correm seus trâmites nos Serviços Locais do Instituto Nacional de Segurança Social, já com alguns resultados positivos, ou seja, alguns cidadãos reclamantes já têm os seus casos resolvidos. Encontram-se a correr seus trâmites alguns processos de cidadãos que reclamam suas terras ou indemnizações contra a ENANA, por expropriação, cujos processos encontram-se sob a égide do Núcleo Parlamentar do Huambo.

Durante o II Semestre, os Serviços Locais do Huambo receberam e analisaram 53 (cinquenta e três) participações, igualmente de natureza diversa:

- a) 4 (quatro) participações mais ligadas ao direito costumeiro. Pelo que, durante a fase de instrução, os seus interessados foram aconselhados encontrar a solução no âmbito da conciliação ou mediação das autoridades tradicionais. Tendo, por conseguinte, mandado arquivar por falta de fundamento;
- b) 5 (cinco) reclamações tinham a ver com as decisões do Tribunal Provincial do Huambo. Por conseguinte, foram mandados arquivar, por limitação legal do poder de intervenção do Provedor de Justiça nas questões judicatórias. Também, neste particular, os reclamantes foram aconselhados a constituírem um causídico para efeitos de recurso;
- c) 3 (três) prenderam-se com questões criminais e, portanto, remetidos ao Procurador da República junto a Direcção Provincial da Investigação Criminal.
- d) 18 (dezoito) queixas que, pela sua natureza, procederam e correm seus trâmites. Dizem respeito a matérias de concurso público de ingresso, incumprimento do contrato de prestação de serviço rubricado pela Administração Municipal com um cidadão; e matérias relacionadas com o direito à pensão de reforma.

1.1.9 Kwanza-Sul

Durante o ano de 2012, os Serviços Locais da Provedoria de Justiça no Kwanza-Sul registaram 133 (cento e trinta e três) participações, distribuídas da seguinte maneira:

Localidade	N.º de Participações
Sumbe	103
Gabela	9
Porto Amboim	8
Luanda	5
Selcs	4
Huambo	1
Quibala	2
Wacu Kungo	1
Total	133

1.1.10 Casos Resolvidos

Foram resolvidos definitivamente 5 (cinco) casos apresentados aos Serviços Locais da Provedoria de Justiça.

Trata-se dos casos que envolveram o chefe de Repartição Municipal da Saúde do Waku Kungo, detido e acusado à margem da lei. Apresentada a reclamação aos Serviços Locais da Provedoria de Justiça, estes recomendaram no sentido de restituir à liberdade o cidadão, por considerar que tal detenção era ilegal. O Comandante Provincial da Polícia Nacional, em obediência à lei, colocou em liberdade o cidadão e instaurou processo disciplinar aos prevaricadores. Outro caso, com alguma ressonância social, foi de um cidadão a quem o director municipal da Agricultura da gabela quis expropriar ilegalmente a sua fazenda para entregar a uma associação com o fito de conseguir financiamento (crédito) e este ser monitorado por um dos seus parentes.

O cidadão apresentou queixa aos Serviços Locais da Provedoria de Justiça. Após a sua intervenção se repôs a legalidade e a justiça. Assim foram resolvidos igualmente os casos da senhora Mariquinhas Victor Manuel, sobre um litígio que a opunha ao secretariado provincial do MPLA; o cidadão Manuel Sabino sobre o a controvérsia com a Direcção Provincial do Comércio sobre a disputa de um imóvel. E, finalmente, o litígio que opunha as 25 famílias contra o novo proprietário de um complexo pesqueiro, antiga propriedade do Estado, que tratava sem dignidade as respectivas famílias. Com a intervenção dos Serviços Locais da Provedoria de Justiça encontrou-se, por via de conciliação, uma melhor solução para ambas as partes.

1.1.11 Processos Enviados ao Provedor de Justiça

Por alguma conveniência ou complexidade do assunto, determinadas participações dos cidadãos são enviadas para os Serviços Centrais da Provedoria de Justiça, em Luanda, para o devido tratamento. Neste sentido, foram encaminhados 7 (sete) participações. Estes estão já em instrução e têm sido acompanhados pelos serviços locais, dada a proximidade com os cidadãos reclamantes.

1.1.12 Exemplos de Tratamento de Dados

Intro	Numero	Descrição	Entidade	Data
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2011/645	exposição da senhora Maria Joaquina Correia		26-12-2011
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2011/646	exposição Francisco Massango		26-12-2011
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/1	Exposição do Sr. Carlos José Pedro		16-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/3	Morosidade na tramitação de um processo crime.		16-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/5	Exposição da Sr.ª Maria Júlia Diniz		17-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/11	Intervenção Judicial		19-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/13	Exposição do Sr. Armerindo de Jesus Pereira		19-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/19	Pedido de urgente intervenção		19-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/20	Denúncia a luz do Art. 73º da Constituição da República de Angola		20-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/22	Exposição da Igreja Evangélica Reformada de Angola		20-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/25	Processo de Anulação de Compra e Venda de um Imóvel		23-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/26	Exposição do Senhor José Coelho Ramos da Cruz		23-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/27	Desalojamento dos Moradores da Rua de Gaia C-5		25-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/31	Exposição do Senhor Amizade Manuel António		26-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/33	Pedido de negociação de férias		26-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/36	Denúncia sobre fraude violação e abusos no Clube Bravos do Maquis		27-01-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/39	Contra o Ministério do Interior		02-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/42	Exposição da Sr.ª Paulina Francisco Xico		02-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/49	Solicitação de Emprego a Polícia Nacional		06-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/50	Queixa sobre o não enquadramento na Caixa de Segurança Social das FAA		06-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/51	Exposição do Sr. Bernardo Inocêncio Quissua Loba		07-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/52	Pensão de Reforma		08-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/53	Questão relativo a um Imóvel.		08-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/65	Pensão de Reforma		10-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/69	Exposição do Sr. Manuel António Eusébio de Carvalho		10-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/70	Exposição do Sr. Emílio dos Santos Novals		10-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/71	Conflito Laboral.		10-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/73	Exposição do Sr. Nelson da Cunha Baptista		10-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/76	Exposição do Sr. Pedro Nunes Silvestre Américo		13-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/77	Exposição da Sr.ª Lílíana Andreia Januário		13-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/78	Exposição da Justina Natália Nassoma Cândido Lunda		13-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/79	Prova de paternidade		14-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/80	Exposição do Sr. Jaime António Kusese		14-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/82	Alerta de Guerra Sangrenta		14-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/86	Pedido Intervenção		14-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/89	Tentativa de expropriação da Serração do Panga-Mongo		16-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/101	Exposição da sra. Alice Lúcia Vasco Miguel Pongola		23-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/102	Pensão de sobrevivência pela sua morte malogrado Paulo Teixeira Jorge		28-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/107	exposição do senhor LEONARDO GABRIEL CAPINGANO		29-02-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/108	EXPOSIÇÃO DO SENHOR PEDRO CACONDES		05-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/109	EXPOSIÇÃO DO SENHOR EDSON MIRANDA ALVES		05-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEI/EXP @ 2012/110	EXPOSIÇÃO DOS FUNCIONARIOS ABRAGIDOS EM LUANDA		05-03-2012

Libro	Número	Descrição	Entidade	Data
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/111 EXPOSIÇÃO DO SENHOR EMANUEL EDUARDO VIEIRA		05-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/113 Injustiça		05-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/116 Pedido de Intervenção - Exposição da Fundação Maria Antónia Barreiro		09-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/117 Improbidade Judicial		09-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/119 Exposição da Sr.ª Catarina dos Santos Miguel - Proveniente dos Serviços locais do Kwanza-S...		12-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/121 Exposição do Senhor Edson Manuel Miguel		14-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/122 Exposição do Senhor Pedro Kanhunguhungo		14-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/131 Exposição do Sr. Adelino Miliagre Faria Neto		16-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/132 Reivindicação de Equadramento		16-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/133 Morte de António Berlamino Brito		16-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/134 Interpelação da relação entre os progenitores		19-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/135 Exposição do Sr. Francisco Figueira Balanga		19-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/140 Exposição da Sr.ª Eunice Débora José de Melo		20-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/142 Exposição do Sr. Saulino Mateus		20-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/144 Exposição da Sr.ª Rosa Margarida Manuel		21-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/145 Exposição da Sr.ª Maria Beatriz Domingos		21-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/148 Exposição da Comissão dos Ex-Trabalhadores da CUCA-HuAMBO		22-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/152 Ajuda financeira		22-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/153 Exposição do Sr. José Maria Zeferino		23-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/154 Despejo		23-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/158 Exposição do Sr. João Mucazanga		23-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/165 Revendicação Salarial.		30-03-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/172 Contestação da sentença transitado em julgado		05-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/177 Suspensão das Nossas Actividades		16-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/186 Abuso de autoridade		17-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/187 Litígio de um Imóvel		18-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/188 Pedido de Audiência		19-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/189 Revindica de De Direitos		19-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/220 Morosidade Processual		02-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/222 Exposição		03-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/223 Pedido de audiência		07-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/232 Reposição da Legalidade		17-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/235 Ocupação ilegal de terreno.		18-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/236 Injustiça		18-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/238 Agressão física.		18-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/240 Participação e exposição		21-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/241 Pedido de audiência		21-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/242 Violação do Direito à Informação.		21-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/244 Exposição do Sr. José A M Patrocínio		21-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/246 Exposição do Sr. Prazeres Germano		21-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/247 Exposição do Sr. Sabino Pronco da Silva		21-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/248 Exposição dos moradores da Rua 13 de Junho 8 Vila		21-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/190 Exposição do Sr. José António Tomás Júnior		19-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/195 Manifesto sobre o Acórdão 135/2011		20-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/198 Pedido de Informação - Validação de Sentença Judicial		24-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/199 Pedido de restituição da contribuição ao cofre de previdência dos funcionários públicos de...		25-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/200 Exposição do Sr. Ngola Konbongu		25-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/201 Exposição do Sr. Carlinhos Zassala		25-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/203 Exposição da Sr.ª Odeth Ruth Domingos Pedro		25-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/204 Reclamação ao Tribunal Provincial de Luanda da sentença transitada em julgado.		25-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/206 Exposição		25-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/207 Tentativa de Conciliação com a Empresa Armazém Apolo, AA		26-04-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/214 Exposição do Sr. Delson Kennedy Sita Dos Santos		02-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/215 Exposição da Comunidade da Cambambas Banga Município de Belas		02-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/216 Exposição da KIPOK		02-05-2012
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/218 Prisão ilegal por 2 anos sem ter praticado o crime		02-05-2012

		Descrição	Antidade	Data
				21-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/249 Exposição do Sr. Augusto Mateus.		21-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/250 Exposição do Sr Alves Celestino		21-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/251 Regulamentação das Carreiras dos Inspectores.		23-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/255 Pagamento de Salários em atraso		23-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/256 Pensão de Reforma		24-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/257 Reclamação a suposta ocupação de terrenos de seus avós pelo Governo da Província		24-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/259 Notificação		24-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/260 Exposição do Sr Severino da Costa Endiama		24-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/263 Exposição		24-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/264 Pedido de Encaminhamento		24-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/266 Bolsa de Estudo Interna		24-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/269 Solicitação de Reapreciação do processo Cível e Administrativo n.º 14/09 (SANEADOR SENTENÇ...		28-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/271 Exposição		28-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/278 Participação de inconformidade à suspensão de pagamento de complemento salarial pelo Minis...		30-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/280 Legalização de Terreno		30-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/282 Pedido de intervenção para execução de sentenças		31-05-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/288 Acidente de Viação		04-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/290 Exposição da Associação dos trabalhadores angolanos da extinta R.D.A		04-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/293 Exposição da Sr.ª Maria Fernanda Neto		06-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/294 Reclamação Direito dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria		06-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/306 Direitos sociais de pensão de reforma como cidadãos.		13-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/308 Reclamação		13-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/314 Demissão		26-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/315 Exposição		26-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/316 Queixa por expropriação indevida de um imóvel alienado pelo Estado		26-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/317 Exposição		26-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/318 Exposição		26-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/319 Exposição		26-06-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/395 Apreensão Cambial		27-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/396 Vítima da Violação		27-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/397 Reclamação		27-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/398 Reclamação à reposição da legalidade da decisão do Tribunal Supremo		27-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/400 Conflito de Residência		30-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/401 Reclamação		30-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/404 Conflito de Terra		30-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/412 Queixa contra o Ministério das relações Exteriores		23-08-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/417 Expropriação Pública.		24-08-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/420 Conflito de Imóvel		27-08-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/422 Exposição		27-08-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/423 Solicitação de Arbitragem		29-08-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/424 Não emissão de registo criminal no estrangeiro		03-09-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/425 Constante no processo nº107/07		03-09-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/330 Recurso e Pedido de Intervenção		02-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/331 Ação Judicial TOZOPA LDA		02-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/332 Encaminhamento do Pedido de Emprego		02-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/336 Pedido		03-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/342 Solicitação de ajuda		09-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/343 Pedido de esclarecimento sobre terreno no Ramiro		09-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/344 Reivindicação de Pensão Futura		09-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/348 Concurso Público		10-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/359 Reconhecimento da Profissão de Secretária em Angola		12-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/360 Audiência		13-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/361 Solicitação de Apoio Financeiro		16-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/379 Exposição do Sr. João Ganga - Pela Associação Mãos Livres		19-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/384 Exposição		24-07-2012
<input type="checkbox"/>	QUEI/EXP	2012/385 Reclamação		24-07-2012

Livro	Número	Descrição	Entidade	Data
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/426	Conflito de terra		03-09-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/427	Indemnização de sua propriedade		04-09-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/428	Proibição de Importação de Viaturas com mais de tres anos de uso		04-09-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/429	Sistema de Justiça; Opinião		04-09-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/430	Exposição da Sra Rosaria Agostinho Antonio Miguel		04-09-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/432	ExPOSIÇÃO DA EMPRESA TOTOKOTA		04-09-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/433	Questiona o artº 47 da Constituição da República de Angola		04-09-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/439	Extinção do Partido Político		15-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/440	Restituição da Viatura		15-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/443	Desaparecimento do Filho		17-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/444	Detenção Ilegal		17-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/448	Expropriação de Terreno		18-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/454	Ingresso na função Pública		18-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/455	Furto de Bens		18-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/456	Reclamação de reajustamento do Grau Militar, 2002/2012		18-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/458	Readmissão		18-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/474	Pensão de Reforma		23-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/477	Questiona se a procuradoria Geral da República de Angola alguma vez recebeu uma queixa com ...		23-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/480	Aditamento da Exposição de 16 de Novembro de 2011		24-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/484	Morosidade Processual		26-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/491	Exposição do Senhor Moises Fonseca Nzamba		29-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/497	Salarios Desviados		30-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/507	Despejo Abusível		31-10-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/516	Acusação de homicídio voluntário		06-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/549	ressarcimento de Bens		13-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/585	Reposição da legalidade		16-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/586	Certidão de nascimento		16-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/591	Em Análise		19-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/612	Solicitação de Mediação e Conciliação		22-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/613	Acusado de burla de venda de terreno		22-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/614	Pedido de Intervenção		22-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/617	Conflito de Terreno		23-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/620	Morosidade Processual		23-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/626	Reivindicação de ajuda de custo (caminhos de ferro de Luanda)		26-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/628	Reenquadramento no Quadro de Funcionários do MINSA.		26-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/630	Solicitação de Soltura		27-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/631	Detenção Ilegal		27-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/632	Erro Médico		27-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/633	Acidente de viação - Responsabilidade pela viatura apreendida pela Policia		27-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/634	Exposição dos Trabalhadores eventuais do B.N.A		29-11-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/636	Solicitação de Emprego		04-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/643	Reapreciação da Sentença		05-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/648	Negócios Ilícitos		10-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/653	Reclamação de nomeação de cargo público.		11-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/655	Consulta Pública		11-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/656	Reclamação de direitos		11-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/665	Exposição da Sra Paulina Pedro		19-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/668	Pagamento de Subsídio de Férias e 13º mês		19-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/671	Morosidade Processual		21-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/672	Aquisição de Nacionalidade Angolana		21-12-2012
<input type="checkbox"/> QUEI/EXP	2012/673	Exposição do Sr. Elio Castellana - a favor de S.E. Giuseppe Mistretta, Embaixador da Itália...		26-12-2012

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

MINISTÉRIO DA HOTELARIA E TURISMO

Decreto Executivo n.º 160/14
de 10 de Junho

Considerando que a aprovação do Decreto Presidencial n.º 144/13, de 30 de Setembro, estabeleceu a Estrutura Orgânica do Ministério da Hotelaria e Turismo, adequando-o à nova realidade jurídica e aos desafios do Sector;

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Gabinete de Intercâmbio, dotando-o de um instrumento legal que permite uma maior eficiência e organização dos serviços, a que se refere o artigo 21.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Hotelaria e Turismo;

Nos termos das disposições combinadas do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da alínea i) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Presidencial 144/13, de 30 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Hotelaria e Turismo, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º

É revogada a legislação que contrarie o disposto neste Decreto Executivo.

ARTIGO 3.º

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Despacho do Ministro da Hotelaria e Turismo.

ARTIGO 4.º

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Pedro Mutindi*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE INTERCÂMBIO DO MINISTÉRIO DA HOTELARIA E TURISMO

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Definições)

1. O Gabinete de Intercâmbio é o Órgão do Ministério da Hotelaria e Turismo encarregue de desenvolver o relacionamento e cooperação com os organismos homólogos de outros países e as Organizações Internacionais.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

1. Nos termos do artigo 21.º do Estatuto Orgânico do MINHOTUR, ao Gabinete de Intercâmbio compete em especial:

- a) Participar na concepção e elaboração de estudos tendentes a uma correcta definição da política hoteleira e turística nacional face à situação mundial do turismo e do mercado internacional;
- b) Estudar e propor as medidas adequadas a tomar no âmbito das relações externas em especial as que resultam de Acordos, Tratados e Convénios Turísticos Bilaterais, Regionais e Multilaterais, visando o aproveitamento eficiente das vantagens daí decorrentes;
- c) Preparar toda a informação e documentação que vise assegurar o cumprimento das obrigações que decorrem do Estatuto da República de Angola, enquanto membro efectivo da Organização Mundial do Turismo e de outras organizações ligadas ao turismo;
- d) Estudar, propor e executar a estratégia de cooperação bilateral no domínio do turismo, em articulação com os restantes órgãos quer internos ou externos do Ministério da Hotelaria e Turismo e acompanhar as actividades decorrentes da implementação desta estratégia;
- e) Assegurar em colaboração com outros órgãos a participação da República de Angola nas negociações e implementação internacionais de acordos e convenções com países e Organizações Internacionais;
- f) Estabelecer relações de cooperação com associações e organismos de outros países;
- g) Coordenar todos os assuntos ligados às Organizações Internacionais especializadas, bem como as relações bilaterais com os países, com os quais existam acordos de cooperação;
- h) Em colaboração com o Gabinete Jurídico acompanhar a execução de todos os instrumentos jurídicos internacionais no domínio do turismo, de que Angola seja parte;
- i) Apresentar proposta para ratificação de convenções internacionais relativas às atribuições do Ministério;
- j) Assegurar em colaboração com outros órgãos do Estado o cumprimento dos acordos assinados e ratificados por Angola no âmbito bilateral, regional e multilateral;
- k) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas superiormente.

CAPÍTULO II Organização

ARTIGO 3.º (Estrutura Orgânica)

1. O Gabinete de Intercâmbio tem a seguinte estrutura:
 - a) Direcção;
 - b) Conselho de Direcção.
2. O Gabinete de Intercâmbio é dirigido por um Director com a categoria de Director Nacional.

SECÇÃO I Órgãos de Direcção e Consulta

ARTIGO 4.º (Direcção)

1. Ao Director Nacional compete:
 - a) Organizar e dirigir os serviços do Gabinete;
 - b) Representar o Gabinete de Intercâmbio, em matérias das suas atribuições;
 - c) Garantir o cumprimento das orientações definidas pelo Ministro da Hotelaria e Turismo;
 - d) Submeter à apreciação do Ministro da Hotelaria e Turismo os assuntos que carecem de aprovação superior;
 - e) Submeter à aprovação do Ministro da Hotelaria e Turismo o plano de actividades do Gabinete;
 - f) Apresentar superiormente os relatórios semestrais e anuais das actividades do Gabinete de Intercâmbio;
 - g) Promover e estimular o desenvolvimento técnico-profissional dos funcionários do Gabinete de Intercâmbio;
 - h) Velar pelas matérias do âmbito das Organizações Internacionais em estreita ligação com as representações comerciais e culturais de Angola no exterior;
 - i) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas superiormente.
2. Nas suas ausências e impedimentos, o Director Nacional será substituído por um responsável por si designado.

ARTIGO 5.º (Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é o Órgão de Consulta do Gabinete de Intercâmbio, ao qual compete:
 - a) Coadjuvar o Director na coordenação, gestão, orientação e disciplina das actividades e de serviços;
 - b) Dar parecer sobre os assuntos relacionados com as atribuições e funcionamento do Gabinete de Intercâmbio;
 - c) Aprovar os planos anuais do Gabinete e velar pelo seu cumprimento;
 - d) Analisar os relatórios dos Órgãos do Gabinete;
 - e) O Conselho de Direcção é presidido pelo Director do Gabinete de Intercâmbio e integra os técnicos superiores, podendo participar das sessões outros técnicos do Gabinete ou de outras áreas do Ministério convocados para o efeito.

2. O Conselho de Direcção reúne-se trimestralmente e extraordinariamente sempre que necessário sob convocação do Director.

CAPÍTULO III Pessoal e Organigrama

ARTIGO 6.º (Quadro de pessoal)

1. O Director do Gabinete de Intercâmbio é nomeado em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Hotelaria e Turismo.
2. O quadro do pessoal do Gabinete de Intercâmbio é o que consta do mapa anexo ao presente Regulamento e dele é parte integrante.

ARTIGO 7.º (Organigrama)

O organigrama do Gabinete de Intercâmbio é o constante do Anexo II do presente Regulamento e dele faz parte integrante.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

ARTIGO 8.º (Funções administrativas)

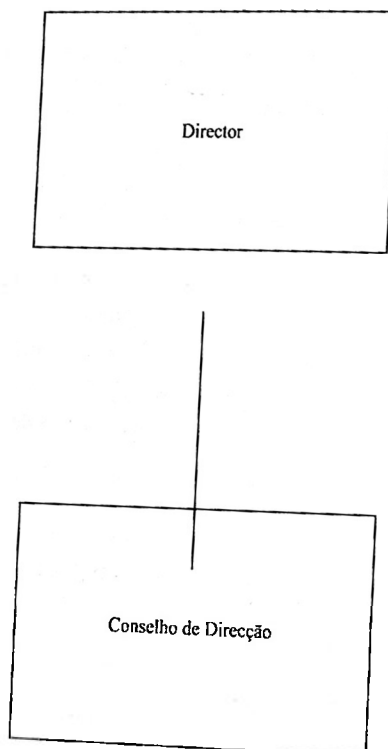
1. As funções administrativas do Gabinete de Intercâmbio são asseguradas por um Secretariado, ao qual compete:
 - a) Assistir administrativamente o Director do Gabinete;
 - b) Controlar e registar a entrada e saída de toda a documentação ou a sua distribuição aos técnicos do Gabinete;
 - c) Proceder à expedição de toda a documentação que assim o exija;
 - d) Coordenar a execução de todo o trabalho de dactilografia e informática;
 - e) Organizar o arquivo geral da documentação do Gabinete;
 - f) Zelar pela operacionalidade e controlo do património do Gabinete, realização do seu inventário nos termos da legislação aplicável e respectivos registos;
 - g) Arquivar e controlar a legislação e demais bibliografia do Gabinete;
 - h) Desempenhar as demais tarefas que lhe sejam atribuídas por lei ou superiormente.
2. O Secretariado do Gabinete é coordenado pela secretária do Director Nacional.

ANEXO I

Quadro de pessoal a que se refere o artigo 29.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Número de Lugares
Direcção	Director	1
Técnico	Técnico	9
Total		10

ANEXO II
Gabinete de Intercâmbio



O Ministro, *Pedro Mutindi*.